

# Ministério Público levou denúncias ao governador Arruda

Marcos Brandão

**Priscila Machado e Lais Lis**

O Ministério Público do DF acusa o ex-comandante-geral da Polícia Militar, Antonio José Serra, de ter interferido em processos de crimes militares. Serra teria ignorado as decisões do Conselho de Disciplina e da Corregedoria da PM e mantinha na corporação policiais acusados de corrupção e tentativa de homicídio. A acusação pesa também sob o chefe do Estado-Maior, coronel Gilberto de Carvalho, mantido no cargo.

De acordo com o Ministério Público, além da demora na tramitação dos processos, existia interferência política nas decisões. Em um dos casos citados em relatório elaborado pela Promotoria de Justiça Militar do DF, Serra discordou de decisão do Conselho de Disciplina e da Corregedoria da PM, que pediam a condenação de um policial pelo crime de corrupção passiva. Como a decisão final é do comandante da corporação, o policial não recebeu nenhuma punição. De acordo com o MP, o policial beneficiado trabalha diretamente com Serra, como chefe da segurança pessoal dele. Em outro caso, o ex-comandante da PM determinou a permanência na corporação de um policial militar condenado por tentativa de homicídio. O pedido para intervir no caso teria sido do deputado distrital Cabo Patrício e do Secretário de Transporte e tenente coronel da reserva, Alberto Fraga. O deputado Cabo Patrício disse que não pediu nenhum privilégio para o soldado mas apenas que não fosse cometida nenhuma injustiça. Já Fraga disse nem se lembrar do caso.

O ofício assinado pelo secretário de Transporte foi anexado ao relatório elaborado pelo MP e entregue na semana passada ao governador José Roberto Arruda, que pediu ao secretário de Segurança Pública, Cândido Vargas Freire que

tomasse providências.

Ontem, em entrevista coletiva, o procurador-geral do DF, Leonardo Bandarra, disse que as interferências políticas impediam o bom funcionamento da Polícia Militar do DF, favorecendo excessos dos policiais e dificultando os trabalhos da corregedoria.

— Estes fatos são gravíssimos. A alteração no comando da PM era necessária. Os policiais não eram punidos e a tropa ficava com esse mal exemplo — disse Bandarra.

O promotor de Justiça Militar Paulo Gomes de Sousa Júnior isentou a Corregedoria da PM das denúncias.

— Não é falta de investigação da corregedoria, que tomava as medidas necessárias. O problema era do comandante-geral, que dava pareceres contra a corregedoria — disse.

Segundo o MP, em todo o ano passado, apenas um policial foi excluído da corporação por problemas disciplinares. Em dezembro, a Promotoria Militar do Ministério Público realizou uma inspeção na Corregedoria da PM, que estaria sucateada. Na seção de sindicância, o efetivo diminuiu drasticamente, de oito oficiais para apenas dois. Com isso, quase 3 mil processos estão parados. Em outros 60 casos, apesar dos policiais já terem sido condenados pela justiça militar, eles não foram punidos, porque o ex-comandante não designou os membros do conselho, que também deveriam analisar os processos.

Agora, o MP pedirá a anulação das absolvições que considera "sem fundamento". O ex-comandante da PM, Antonio José Serra, rebateu as acusações do MP.

— Nunca houve interferência política nos trabalhos. Mas é uma decisão pessoal, o comandante é quem decide. E eu só posso excluir um policial da corporação se eu tiver convicção de que ele é culpado e nesses casos eu não tinha con-



**EX-COMANDANTE** — Serra nega uso de policiais na obra da sua casa

## Ex-comandante é acusado de ignorar recomendação da Corregedoria para afastar policiais

vicção. Estou com a consciência tranquila de que não fiz nada errado — disse Serra.

O ex-comandante da PM argumenta que não foi exonerado pelo governador Arruda, mas que pediu para deixar o cargo durante as investigações do MP. Por isso, ele afirma que não há possibilidade de que outros oficiais de alta patente da PM entreguem os cargos como manifesto a favor dele.

— Eu pedi para sair, para que a denúncia fosse apurada com lisura. Todo mundo entendeu que a de-

cisão foi minha, então não há motivos para ninguém me acompanhar — disse Serra.

O Ministério Público também acusa o ex-comandante da PM pelo crime de prevaricação. Antes de assumir o comando da PM, em 2003, quando ainda era comandante do 4º Batalhão, Serra teria utilizado viaturas para levar material e transportar pessoas para ajudar na construção da casa dele, em um condomínio no Lago Sul. Serra também se defende desta acusação.

— Não usei policial como mão de obra. Os vários carros foram fotografados em dias diferentes, porque eu ia pra casa com eles. Tenho provas de quem construiu minha casa foi uma empresa. Houve sim transporte de material de construção nas viaturas mas apenas para buscar sobra do material, que eu doei para o batalhão — afirmou.